
Daxiyanguo

Portuguese Journal of Asian Studies | Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos

ISSN: 1645-4677 | ISSN-e: 2184-9129 | 2024, 2.º semestre, Número 33, páginas 67-92

DOI: 10.57857/ulisboa.iscsp.1645-4677.33.2024.000005/pp.67-92

A Iniciativa Faixa e Rota (BRI) na Construção do Poder Estrutural do Conhecimento da China: A Perspetiva Geoeconómica

The Belt and Road Initiative (BRI) in Building China's Structural Power of Knowledge: The Geoeconomic Perspective

Lyu Wenwen*

* University International College of Macau University of Science and Technology, China;
Email: wwlyu@must.edu.mo

RESUMO

Face ao uso crescente de instrumentos económicos na construção e projeção de poder, esta investigação teve como objetivo geral analisar as estratégias geoeconómicas que a China adota na Iniciativa Faixa e Rota (*Belt and Road Initiative*, BRI) para construir o seu poder estrutural do conhecimento, de forma a preencher a lacuna na literatura. Para tal, adotou-se essencialmente uma abordagem metodológica qualitativa. O estudo desenvolveu-se no quadro analítico da geoeconomia, combinado com o enquadramento teórico do poder estrutural de Susan Strange. Concluiu-se que a China construiu e reforçou o poder estrutural do conhecimento através da inovação tecnológica, e esse tipo de instrumento geoeconómico aplicou-se principalmente no Sudeste Asiático. No entanto, o esforço chinês enfrenta ainda desafios muito significativos,

nomeadamente a capacidade limitada de inovação chinesa, as relações cada vez mais tensas com o Ocidente e o abrandamento económico da China.

Palavras-chave: Belt and Road Initiative, Poder estrutural do conhecimento, Geoeconomia, China

ABSTRACT

In view of the increasing use of economic instruments in the construction and projection of power, the overall objective of this research was to analyze the geoeconomic strategies that China adopts in the Belt and Road Initiative (BRI) to build its structural power of knowledge, in order to fill the gap in the literature. To this end, a qualitative methodological approach was adopted. The study was developed within the analytical framework of geoeconomics, combined with Susan Strange's theoretical framework of structural power. The results show that China has built and strengthened the structural power of knowledge through technological innovation, and that this type of geoeconomic instrument has been applied mainly in Southeast Asia. However, the Chinese endeavor still faces very severe challenges, namely China's limited capacity for innovation, increasingly tense relations with the West and China's economic slowdown.

Keywords: Belt and Road Initiative, Structural power of knowledge, Geoeconomics, China

1. Introdução

Com o novo século tem vindo a observar-se uma maior integração económica, pelo que diversos instrumentos económicos têm vindo a tornar-se cada vez mais relevantes e atrativos para os Estados nas competições estratégicas. Ao mesmo tempo, a assimetria dos países em termos de vulnerabilidade e dependência contribui para a realização de objetivos estratégicos pela via do poder económico (Scholvin & Wigell, 2018). Assim, a geoeconomia torna-se cada vez mais relevante nas relações internacionais contemporâneas.

Mais concretamente, a nova paisagem geoeconómica materializa-se na redistribuição do poder económico e político no sistema internacional, tornando mais evidente o papel das economias emergentes. Os interesses nacionais têm-se realizados de forma prioritária com recurso a instrumentos geoeconómicos que abrangem as áreas económica, financeira, monetária e tecnológica (Blackwill & Harris, 2016).

Neste domínio, a China assume um papel de destaque. O país tem vindo a tornar-se, desde 2010, na segunda maior economia mundial. A BRI proposta em 2013 é considerada, no contexto da política externa chinesa, como a mais ambiciosa do Presidente Xi Jinping (Cai, 2018). Com efeito, a BRI transformou-

-se numa estratégia geoeconómica do Governo chinês para aumentar a autonomia e influência do país no que diz respeito à sua identidade de "Grande Potência" (Kaczmarek, 2017; Nordin & Weissmann, 2018), e a inovação tecnológica é um dos principais domínios a promover pela administração de Xi no contexto da BRI (*People's Daily Online*, 2015).

Assim, a presente investigação procurar responder à pergunta de partida: como é que a BRI, como estratégia geoeconómica, permite à China construir o seu poder estrutural do conhecimento?

Quanto ao objeto do presente estudo, não existe ainda uma investigação sistemática que estabeleça uma ligação entre, por um lado, o poder estrutural da China e, por outro lado, a estratégia geoeconómica, no contexto da BRI.

No âmbito da literatura sobre o poder estrutural na China, destaca-se o trabalho de Malkin (2020). Com base no poder estrutural de produção de Strange (1988/2015), o autor ilustra o impacto da política industrial de *Made in China 2025* na promoção da ascensão da China na economia intangível global e nas cadeias de valor globais (CVG). No domínio da política monetária, Ciorciari (2014) sugere que a deficiência do poder estrutural da China limita a sua capacidade de transformar os seus ricos recursos económicos em influência de forma efetiva. Pavličević (2019) analisa os esforços da União Europeia (UE) para combater o crescente poder estrutural da China nos Balcãs Ocidentais através de uma combinação de instrumentos institucionais, políticos, regulamentares e financeiros.

No contexto da BRI foram abordados progressos em matéria de comércio (Klemensits, 2018), investimento (De Jong et al., 2017; Duarte, 2017; Passi, 2019) e finanças (Ly, 2020; Yu, 2017), mas as análises não se enquadram na perspetiva geoeconómica, nem se focam especificamente ao poder estrutural. Grande parte dos autores fornece uma simples introdução aos métodos adotados pela China para aumentar o seu poder através da estratégia geoeconómica da BRI, mas sem argumentos sistémicos ou empíricos a seu favor (Beeson, 2018; Dragat, 2016).

Esta investigação combinou os processos dedutivo e indutivo, adotando essencialmente o método qualitativo, com base em dados primários e secundários (Babbie, 1975/2020; Chadderton & Torrance, 2011). Na perspetiva dedutiva, a teoria de Susan Strange (1988/2015) orienta a investigação do poder estrutural. Para a operacionalização da geoeconomia, adotam-se, principalmente, as análises de Blackwill e Harris (2016). Com base nisto, e numa perspetiva indutiva, este estudo cria um quadro analítico na construção do poder estrutural do conhecimento através de estratégias geoeconómicas. No âmbito do estudo qualitativo, adotou-se o estudo de caso para analisar o potencial da

BRI, lançada pela China, na construção do poder estrutural do conhecimento numa perspetiva geoeconómica, a fim de melhor explorar e compreender os conceitos e o quadro analítico relacionados com o objeto de estudo.

O trabalho organiza-se da seguinte forma. Após esta introdução, a secção 2 estabelece uma análise do quadro teórico e analítico sobre o poder estrutural e estratégia geoeconómica. Na secção 3 exploram-se as características da política externa da China do Governo Xi e as motivações para promover a BRI que, por sua vez, conduzem à construção e o reforço do poder estrutural do conhecimento. Com base no quadro analítico desenvolvido, a secção 4 foca-se numa análise empírica dos instrumentos geoeconómicos sob a BRI no processo da construção e no aumento do poder estrutural do conhecimento chinês. O trabalho termina com conclusões.

2. O poder estrutural e a estratégia geoeconómica

2.1 O poder estrutural

Antes de entrarmos no conceito chave da nossa investigação, ou seja, o poder estrutural, é necessário fazer uma análise dos contributos teóricos que o construíram. A análise desenvolve-se a partir das dimensões, fontes e manifestações do poder.

Em geral, existem duas dimensões do poder. A dimensão externa refere-se à influência ou à capacidade de controlar os outros (Dahl, 1957). A dimensão interna do poder, por outro lado, está relacionada com a autonomia de um Estado para atuar sem ser influenciado por outros (Carroll, 1972).

No estudo sobre a origem do poder, destacam-se, de forma geral e não abrangente, duas abordagens. A primeira descreve o poder como propriedade do Estado. Neste caso, o poder é suscetível de ser medido por determinados recursos, tais como população, território, riqueza, forças armadas, recursos naturais, objetivo estratégico, entre outros (Cline, 1994; Hart, 1967; Morgenthau, 1948/1964). A segunda abordagem sublinha o facto de o poder derivar das interações entre os Estados (Knorr, 1973), nas quais o comportamento do ator A causa, pelo menos em parte, a mudança de comportamento do ator B (Baldwin, 2013).

Além disso, “o poder também depende [...] da forma do seu desenvolvimento” (Reich & Lebow, 2014, p. 5) e das perceções das elites e líderes governamentais (Rose, 1998). O neoliberalismo enfatiza a importância da esfera tecnológica e económica, por oposição à esfera militar, para aumentar o poder do Estado no contexto de uma interdependência global crescente (Keohane & Nye, 1977/2012). Isto leva-nos a analisar, neste estudo, a construção do poder numa perspetiva geoeconómica.

Quanto à questão da manifestação do poder, tradicionalmente, muitos acadêmicos defendem que as capacidades de um Estado se manifestam numa ação deliberada com um objetivo explicitamente definido (Cohen, 2015). A segunda manifestação do poder corresponde ao *soft power* (Nye, 1990), que existe a nível cognitivo.

As análises feitas anteriormente forneceram importantes contributos teóricos para a construção do poder estrutural. Bachrach e Baratz (1962) complementam a terceira manifestação do poder, que funciona de uma maneira mais indireta através de restrições e oportunidades criadas por uma infraestrutura sistémica. Esta manifestação do poder está intimamente ligada ao que Strange (1988/2015) propôs e analisou sistematicamente como “poder estrutural”, ou seja, “o poder de moldar e determinar as estruturas da economia política global” (p. 27), dentro das quais diferentes atores têm de operar.

Por um lado, o poder estrutural pode ser um subproduto acidental da autonomia do ator (Bachrach & Baratz, 1962). Por outras palavras, um Estado pode alterar as regras de jogo enquanto influenciar as escolhas disponíveis aos outros sem querer, de forma que os outros “fiquem em melhor situação jogando de acordo com as novas regras” (Gruber, 2000, p.7).

Por outro lado, Strange (1988/2015) prestou mais atenção à execução proativa do poder estrutural para controlar favoravelmente os resultados. Assim, os Estados determinam previamente o conjunto de escolhas disponíveis para os outros, podendo alargá-lo ou reduzi-lo mediante a sua vontade, manipulando deliberadamente as regras do jogo (Guzzini, 1993), de modo a garantir o cumprimento contínuo dos outros (Barnett & Duvall, 2005).

Em termos teóricos, Strange assemelha-se, em certa medida, às perspetivas neorrealistas da política de poder enquanto dá ênfase ao papel dominante do poder na interação entre o Estado e o mercado (Gilpin, 2001). Ao mesmo tempo, a autora reconhece a importância dominante do poder estrutural na dimensão da segurança. Por outro lado, a autora assimila e desenvolve a teoria da interdependência (Keohane & Nye, 1977/2012), e as suas análises assentam no aprofundamento da interdependência global. Quanto à fonte do poder, por um lado, a acumulação de recursos materiais (especialmente a riqueza) desempenha um papel importante na aplicação efetiva da influência. Por outro lado, Strange argumenta que o poder estrutural deriva de quatro dimensões primárias (segurança, produção, finanças e conhecimento) e quatro dimensões secundárias (transporte, comércio, energia e bem-estar), e sublinha a interação das diferentes dimensões do poder estrutural. Dependendo da análise empírica, o poder estrutural pode corresponder ao poder deliberado ou ao *soft power*.

Com base em crenças e ideias partilhadas, o poder estrutural do conhecimento recai sobre aqueles que têm acesso a conhecimento, esforçam-se para obter mais conhecimento e controlam os meios de armazenamento e transmissão de conhecimento ou informação. Assim, podemos entender os Estados com poder estrutural do conhecimento como estando empenhados em manter e reforçar continuamente as relações assimétricas com os países-alvo. Por outras palavras, o poder estrutural do conhecimento existe muitas vezes na negação do acesso dos outros ao conhecimento, ao mesmo tempo que esse conhecimento é reconhecido como importante.

Neste sentido, a tecnologia avançada, como também sublinhada por Strange própria, torna-se um indicador importante na construção do poder estrutural do conhecimento. A inovação tecnológica tem provocado mudanças fundamentais na competição internacional (Herrera, 2006). A nova teoria do crescimento baseia-se na existência de economias de escala, sendo proposta a possibilidade de crescentes retornos que não precisam de se contrapor ao aumento da taxa de crescimento económico (Romer, 1990). Neste sentido, os países desenvolvidos podem manter a sua liderança através da inovação tecnológica. Em termos históricos, as mudanças tecnológicas mais importantes sempre ocorreram nos chamados Estados dominantes ou naqueles com capacidade para desafiar a política mundial (Huang, 2013). Para este tipo de países, o desenvolvimento tecnológico sob orientação estatal é considerado como algo importante, a fim de aliviar as pressões causadas pela competição e para melhor lidarem com questões de segurança (Huang, 2018).

Na prática, o acesso às novas tecnologias pode originar, pelo menos temporariamente, uma situação de monopólio por parte dos países inovadores nessa área (Gilpin, 2001). Kennedy e Lim (2018) apontaram para a existência de um cenário de acumulação de avanços tecnológicos nos países desenvolvidos e, como consequência, chamaram a atenção para o desafio urgente de “innovation imperative” (p.554), ou seja, de a inovação constante se tornar algo imperativo para os países em situação de ascensão.

Com efeito, Strange sublinha em particular a importância da dimensão do conhecimento e a influência crescente desta dimensão sobre as outras. A este respeito, com base na crença comum de que a tecnologia aumenta a riqueza e reforça a segurança, o domínio e a inovação da tecnologia tornam-se um fator importante na construção do poder estrutural do conhecimento para a China.

2.2 A abordagem geoeconómica

Com o fim da Guerra Fria, Edward N. Luttwak (1990) introduziu a geoeconomia em 1990, demonstrando a crescente importância dos meios económicos

relativamente aos instrumentos militares na realização de objetivos estratégicos. Desde então que a geoeconomia tem ganho maior destaque na área académica (Mattlin & Wigell, 2016). Contudo, o conceito de geoeconomia não tem ainda uma definição específica. Assim, com base nos trabalhos de Luttwak, o termo deve ser trabalhado cautelosamente.

Deve notar que a geoeconomia não serve como substituto da geopolítica, pois a geoeconomia centra-se nos meios económicos, enquanto a geopolítica analisa principalmente a distribuição do poder político e militar (Baracuhy, 2019). Ora, a geoeconomia distingue-se também da Economia Política Internacional, que lida com a interação entre a economia e a política no contexto internacional (Frieden & Lake, 2014). A geoeconomia, neste caso, limita-se ao uso de instrumentos económicos para atingir objetivos geopolíticos. A dimensão “geo” na geoeconomia significa que as bases económicas do poder do Estado devem envolver características geográficas (Blackwill & Harris, 2016). Definir claramente estas características significa traçar uma esfera de influência que os países pretendem controlar (Baracuhy, 2019). Neste sentido, o presente trabalho argumenta que a estratégia geoeconómica da China quanto à BRI visa fortalecer o poder estrutural da China, principalmente nos países vizinhos.

Outro grupo de académicos olha para a perspetiva estratégica da geoeconomia, argumentando que a geoeconomia está relacionada com a gestão ambiental estratégica (Csurgai, 2018), pela qual o Estado atinge os seus objetivos estratégicos através de meios económicos (Wigell & Vihma, 2016). Há ainda académicos que preferem entender este termo como sendo uma estratégia de política externa e um quadro analítico (Scholvin & Wigell, 2018). Sob este prisma, a geoeconomia analisa a forma como os Estados alcançam os seus objetivos através do poder económico, com foco no papel principal do Estado nas RI e na política externa.

Mediante as definições acima mencionadas, conclui-se que a geoeconomia não é um termo completamente novo, nem pode ser considerada um mero conceito. Ao analisar a BRI como uma estratégia geoeconómica chinesa para aumentar o poder do país, é de grande importância adotar uma abordagem mais abrangente. Para o presente trabalho, considera-se a geoeconomia como o uso de instrumentos económicos para realizar objetivos geopolíticos. A geoeconomia oferece uma descrição paralela da forma como os Estados constroem e exercem o poder num determinado espaço geográfico.

Com base nas análises anteriores sobre o poder, as bases ontológicas da geoeconomia incluem: a existência de recursos económicos; o Estado como ator geoeconómico principal mas não único; a quantidade e qualidade dos re-

cursos económicos; a existência da rede de relações económicas internacionais e o poder que o país obtém dela. Quanto à base epistemológica da geoeconomia, esta refere-se à consciência geoeconómica do país e dos seus líderes, ou seja, a vontade de utilizar meios geoeconómicos para aumentar o poder do país, bem como a capacidade e o potencial de um país e dos seus líderes para usar e controlar os meios geoeconómicos.

2.3 O poder estrutural pela estratégia geoeconómica

O estudo de Strange (1988/2015) oferece importantes contribuições académicas sobre as formas da construção e execução do poder. Neste contexto, o presente trabalho contribui para analisar a construção do poder estrutural do conhecimento através da estratégia geoeconómica.

Tal como foi anteriormente analisado, o poder estrutural assenta na criação de enquadramentos. O poder estrutural do conhecimento reitera a posse e o aumento de conhecimentos ou informações, bem como o controlo dos seus meios de armazenamento e transmissão. Neste caso, os conhecimentos e as informações provêm principalmente da tecnologia avançada. Por seu lado, a análise geoeconómica centra-se nas raízes económicas do poder. Através de uma variedade de instrumentos geoeconómicos, os Governos vêm ser capazes de utilizar eficazmente os recursos de poder à sua disposição para atingir objetivos geopolíticos. Os principais instrumentos geoeconómicos incluem políticas comerciais, económicas, financeiras, monetárias e de investimento (Blackwill & Harris, 2016). Neste sentido, os Estados podem investir em tecnologia para construir o poder estrutural do conhecimento.

Ao olhar para o sistema internacional de uma perspetiva geoeconómica, a interdependência num mundo de “hiper-conectividade” (Leonard, 2016, p.14) torna-se “uma moeda de poder” (p.15). Neste contexto, como um quadro analítico, na elaboração e implementação de estratégias geoeconómicas, os Estados investem em tecnologia avançada e, nesse processo, criam interações económicas internacionais assimétricas com países-alvo através do controlo de mercados, recursos e regras, de modo a construir o poder estrutural do conhecimento e realizar objetivos geoestratégicos. No estudo empírico, veremos a utilização deste quadro analítico na análise da estratégia geoeconómica da China no contexto da BRI.

3. A BRI como política externa representativa do Governo de Xi e a sua motivação tecnológica

A China, sob a nova liderança de Xi Jinping, passou a adotar uma atitude mais assertiva, pragmática, seletiva e diversificada na implementação da política

externa, de modo a tornar-se uma “Grande Potência” (*People’s Daily online*, 2014, para. 5). Sob a diretriz de “Sonho Chinês”, a China continua a priorizar os assuntos domésticos à medida que o país se torna mais confiante e ambicioso na intenção de reformar e moldar o sistema internacional (Sørensen, 2015; Xinhua, 2013; Zhao, 2013). Neste contexto, enquanto principal inovação da nova política externa chinesa, a BRI, proposta em 2013, torna-se no culminar das aspirações do Governo chinês para uma maior influência a nível global.

Correspondendo ao foco doméstico da política externa da China, a motivação da BRI está relacionada, sobretudo, com as preocupações internas do país. A conjuntura macroeconómica da China continuou a deteriorar-se a partir de 2011, com o crescimento do PIB a cair abaixo dos 7%¹¹. Nesse contexto, a BRI é, antes de mais, uma iniciativa que visa encontrar novos motores alternativos para o crescimento económico da China no futuro, através de “uma nova fase de abertura ao mundo” (Nie, 2016, p.435), e, tal como se refere no documento oficial da BRI, o “reforço da cooperação científica e tecnológica com os países relevantes” torna-se uma das formas mais importantes para chegar a esse fim (*People’s Daily Online*, 2015).

Esse esforço ganhou mais ímpeto perante o facto de que China já ter ultrapassado o Japão como maior exportador asiático de produtos de alta tecnologia em 2014 (Passi, 2019). Além disso, a modernização da capacidade industrial também se reflete na estratégia de “Made in China 2025”, lançada em 2015 e tem como objetivo principal o reforço da competitividade da capacidade industrial do país a nível qualitativo, tornando a indústria manufatureira do país mais voltada para a inovação e a alta tecnologia (Conselho de Estado, 2015). Assim sendo, espera-se que a BRI desempenhe um papel importante no aumento do poder estrutural do conhecimento do país.

4. A inovação tecnológica e o poder estrutural do conhecimento da China

Na presente investigação, entendem-se países da BRI aqueles que já assinaram memorandos de cooperação ou emitiram declarações conjuntas com a China. Assim, contabilizamos um total de 153 países da BRI, listados na Tabela 1. Os dados estão atualizados até outubro de 2024.

1. Para tal, Xi recorreu ao termo “novo normal” pela primeira vez para descrever a economia chinesa em 2014 (Global Times, 2014). O termo “novo normal” foi pela primeira vez introduzido, em 2010, pela Pacific Investment Management Co. (PIMCO), um fundo sediado na Califórnia, e que serve para descrever uma taxa de crescimento económico abaixo da média (Sum, 2019).

TABELA 1

Países da BRI

Continente	País
Europa (25)	Letónia, Áustria, Chipre, Estónia, Grécia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Portugal, Eslováquia, Eslovênia, Bulgária, Albânia, Macedónia do Norte, Croácia, Roménia, Hungria, Moldova, Montenegro, Ucrânia, Bielorrússia, Bósnia e Herzegovina, Sérvia, Polónia, Chéquia
Ásia Oriental e Pacífico (25)	Nova Zelândia, Papua-Nova Guiné, Samoa, Fiji, Micronésia, Tonga, Vanuatu, Ilhas Salomão, Kiribati, Singapura, Brunei, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Mongólia, Myanmar, Vietname, Tailândia, República da Coreia, Filipinas, Timor-Leste, Niue*, Ilhas Cook*
Sudoeste Asiático (18)	Nepal, Rússia, Sri Lanka, Uzbequistão, Turquia, Tadjiquistão, Maldivas, Bangladesh, Azerbaijão, Geórgia, Paquistão, Cazaquistão, Quirguistão, Turquemenistão, Irão, Arménia, Afeganistão, Palestina*, Nauru
Médio Oriente & Norte da África (17)	Argélia, Líbano, Iémen, Bahrain, Egito, Marrocos, Omã, Síria, Jordânia, Qatar, Iraque, Koweit, Líbia, Mauritânia, Arábia Saudita, Tunísia, Emirados Árabes Unidos
África Subsaariana (46)	Angola, Benim, Sudão, Somália, Botswana, Burundi, Cabo Verde, Camarões, Chade, Comores, República Democrática do Congo, República do Congo, Costa do Marfim, Djibouti, Guiné Equatorial, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Quénia, Lesoto, Libéria, Madagáscar, Mali, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Ruanda, Senegal, Seychelles, Serra Leoa, África do Sul, Sudão do Sul, Tanzânia, Togo, Uganda, Zâmbia, Zimbabué, Burquina Faso, Eritreia, Guiné-Bissau, Malawi, São Tomé e Príncipe, África Central
América do Norte (Caribe) (11)	Antígua e Barbuda, República Dominicana, Costa Rica, Dominica, El Salvador, Granada, Jamaica, Panamá, Trindade e Tobago, Cuba, Barbados
América do Sul (11)	Bolívia, Chile, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Uruguai, Venezuela, Argentina, Honduras, Nicarágua

Legenda: Os países marcados com * não serão analisados por causa da falta de dados

Fonte: Tabela organizada com base de dados de *Belt and Road Portal* (2024a)

4.2 A capacidade da China na utilização de instrumentos geoeconómicos para aumentar o poder estrutural no contexto da BRI

Na sua essência, a BRI recorre a uma elevada poupança interna, um aumento do investimento externo e a existência de uma enorme reserva estrangeira da China. Incluem-se ainda uma forte competitividade internacional do país nos setores das manufaturas e construção.

A poupança doméstica da China cresceu de pouco mais de 1/5 da poupança dos Estados Unidos da América (EUA) em 2000 para 1,57 vezes a poupança dos EUA em 2013 (Banco Mundial, 2021). Ao possuir uma elevada poupança, a China tem reforçado a sua capacidade de investimento (Chen, 2020). Essa poupança alimenta ainda a tendência do Governo em investir, a fim de estimular o crescimento económico. Ao mesmo tempo, a China gerou umas taxas de juro de longo prazo mais baixas do que as no mercado (Johnston, 2019). Em 2010, a China ultrapassou o Japão como a segunda maior economia do mundo, depois dos EUA. Desde 2008, a China manteve-se como a maior ou mesmo a segunda maior detentora — depois do Japão — de divisas em dólares norte-americanos (*U.S. Department of the Treasury*, 2021). Assim, a BRI proporciona à China oportunidades para capitalizar as suas vantagens em termos de capital.

Com efeito, a China ocupa o segundo lugar, atrás dos EUA, em termos da participação no valor acrescentado total criado por fabricantes de alta tecnologia, posicionando-se também no grupo dos três primeiros países que investem capitais de risco em tecnologias consideradas fulcrais (Manuel, 2019). Em 2023, a China ocupou o 11.º lugar no Índice Global de Inovação, o que a tornou uma das economias que mais rapidamente cresceu em termos de inovação nos últimos dez anos (OMPI, 2024). Neste contexto, analisaremos especificamente as dimensões de autonomia e influência do poder estrutural do conhecimento da China sob a égide da BRI.

4.3 A autonomia criada pela centralidade em CVG e pelo poder de mercado

Com recurso ao modelo de Malkin (2020), os Estados situados em nível inferior das CVG podem exercer a sua autonomia através de adotar estratégias que visam aumentar o seu valor acrescentado em setores importantes onde dependem de tecnologia estrangeira. Estas estratégias incluem alianças a nível industrial, bem como políticas industriais que favorecem a atualização de empresas do mercado interno desses países.

Em termos de alianças industriais, as empresas chinesas cooperam com outras de países desenvolvidos no desenvolvimento de terceiros mercados de países em desenvolvimento. O objetivo é, efetivamente, conectar a capacidade de produção da China, tida como prioritária, e a tecnologia avançada dos paí-

ses desenvolvidos, por um lado, com as necessidades de desenvolvimento dos países em desenvolvimento, por outro (*Chinese Academy of International Trade and Economic Cooperation*, 2020). Espera-se que transferências de tecnologia possam acontecer nesse processo. Atualmente o Governo chinês mantém memorandos de cooperação com 14 países para o desenvolvimento de mercados terceiros (EY, 2021). No entanto, somente quatro países são membros da BRI, nomeadamente Áustria, Portugal, Singapura e República da Coreia, e os projetos centram-se no desenvolvimento de infraestruturas e na fabricação de equipamentos (Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma [CNDR], 2016).

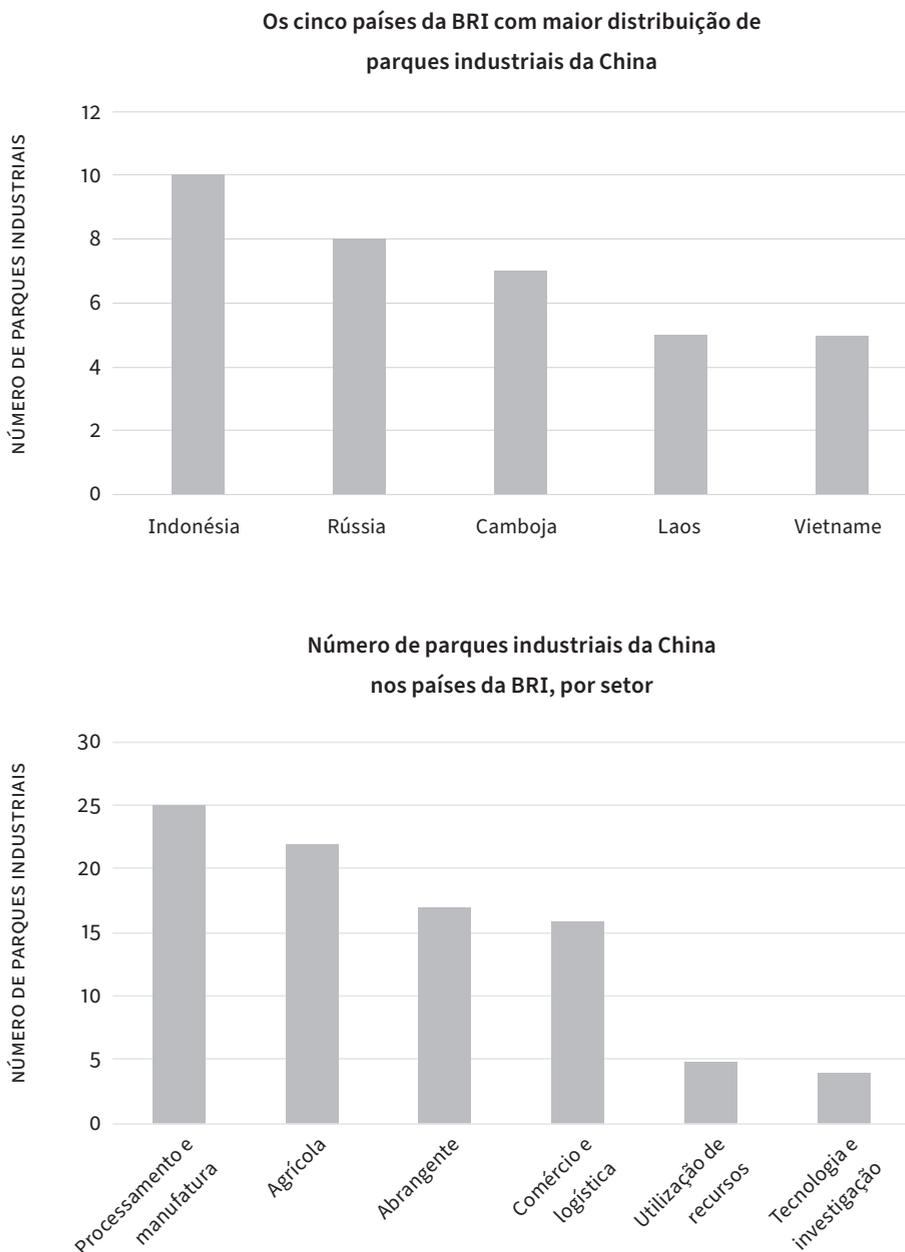
Quanto às políticas industriais que promovem a atualização das empresas do mercado interno, a China procura inovação a nível local através da promoção da transferência de tecnologias de baixo valor acrescentado e capacidade de produção para os países da BRI (CNDR, 2016). Os vários parques industriais construídos por empresas chinesas no exterior, mediante o método de agrupamento industrial do investimento direto estrangeiro, proporcionam-lhes políticas preferenciais e um modelo de negócio mais atrativo, a fim de reduzir os limites na internacionalização das empresas. Estas podem não só aproveitar os parques industriais estrangeiros para entrar nos mercados dos países onde eles estão localizados, mas também expandir-se para os mercados de países e regiões com os quais esses parques têm ligações. Tudo graças a políticas comerciais concretas e políticas tarifárias preferenciais do país anfitrião^[2], a fim de contornar as barreiras comerciais dos países europeus e americanos (EY, 2020).

No contexto da BRI, as empresas chinesas já construíram 89 parques industriais no estrangeiro. Quando olhamos para a distribuição geográfica e setorial dos parques industriais (Figura 1), destacam-se o Sudeste Asiático e indústrias tradicionais, o que significa que a investigação e o desenvolvimento em matéria de inovação são ainda insuficientes, refletindo a limitação do poder estrutural chinês nesse campo.

2. Tal como o Sistema Generalizado de Preferências.

FIGURA 1

Distribuição geográfica e setorial de parques industriais nos países da BRI (até 2024)



Fonte: Gráficos elaborados a partir de dados do Ministério do Comércio da China (2024) e de *Belt and Road Portal* (2024b)

4.4 A influência criada pela maior participação na criação de valor intangível global

A obtenção de influência, para um país, diz respeito à obtenção de uma maior parcela na criação de valor intangível, que se divide no número de ativos detidos por esse país e na sua capacidade de criar regras.

Em 2016, o Governo chinês apelou aos países da BRI para “trabalharem juntos para priorizar a PI, de modo a promover a inovação” (Organização Mundial da Propriedade Intelectual [OMPI], 2016, para. 11). Entre 2013 e 2022, a China apresentou pedidos de patentes em 50 países da BRI, a uma taxa de crescimento média anual de 23,8% (Administração Nacional da Propriedade Intelectual da China [ANPIC], 2023). Esses pedidos incidem principalmente no domínio das comunicações digitais, representando 30% do total. Isso permitiu a China a aumentar a sua capacidade de superação de obstáculos relacionados com os padrões das cadeias globais de fornecimento de tecnologia, o que fez com que as empresas chinesas tenham começado a depender menos da sua importação.

No entanto, o número de países da BRI que receberam pedidos de patentes chinesas em 2022 aumentou apenas sete em relação a 2013, atingindo um total acumulado de 48 ao longo da década (ANPIC, 2023). Isto indica que o poder estrutural do conhecimento construído pela China tem um âmbito de influência limitado nos países da BRI, estando concentrado na República da Coreia, Rússia, Singapura, Vietname e África do Sul.

Nesse contexto, a China tem procurado promover os padrões técnicos chineses nos países da BRI, de modo a abrir mercado aos produtos chineses. Por exemplo, o Paquistão tornou-se no primeiro país para o qual a China exportou tecnologia ferroviária de alta velocidade (Cao & Woo, 2022). Milhares de cientistas de dois terços dos países da BRI receberam formação em engenharia e ciências na China (Manuel, 2019). O Governo também lançou um plano para elaborar versões dos padrões chineses em línguas estrangeiras nas áreas de infraestruturas, manufaturas, comércio externo e finanças (Belt and Road Portal, 2018). Além disso, a China mostra flexibilidade na promoção dos seus padrões. Um dos exemplos verificou-se com a Etiópia, quando o Governo chinês prolongou o período de devolução da dívida da Etiópia à custa da adoção pelo país de normas chinesas em projetos contratados pela China (Pilling, 2021).

A fim de melhor implementar a BRI no domínio da ciência e da tecnologia, Xi Jinping propôs a Rota da Seda Digital (RSD) em 2017, tendo como objetivo transformar a China no país líder em matéria de inovação (Xi, 2017). O primeiro grande projeto da RSD foi a expansão maciça do sistema *Beidou*. O

projeto alcançou uma cobertura global em 2020, facto que evidencia a China como o terceiro país do mundo a possuir de forma independente um sistema global de navegação por satélite, a seguir aos EUA e à Rússia.

O Governo chinês promoveu com êxito a aplicação internacional de uma série de normas relacionadas com o sistema *Beidou* (Ministério da Defesa da China, 2022). *Beidou* ultrapassa o sistema de posicionamento global (GPS, na sigla inglesa) dos EUA em vários aspetos, especialmente em África, na América Latina e no Sudeste Asiático, onde as infraestruturas estão menos disponíveis (Sewall et al. 2023). Com uma disposição estrategicamente militar e civil do *Beidou*, Pequim poderia aumentar a sua influência política, económica e militar sobre os países em causa, através de controlo do acesso a este serviço. Atualmente, o sistema *Beidou* está a prestar serviços a mais de 100 países da BRI (Xinhua, 2020). Neste contexto, o sistema *Beidou* pode ajudar a promover a exportação das infraestruturas avançadas da China, o que, por sua vez, reforçará o poder estrutural da China em termos de produção e comércio.

Outro projeto importante da RSD é a construção de novos cabos submarinos. Os cabos submarinos transportam cerca de 99% do tráfego mundial de dados de comunicações intercontinentais (EY, 2023), e a sua procura deverá aumentar com o rápido crescimento da inteligência artificial a nível mundial. Durante décadas, os EUA, o Japão e a França dominaram a construção de cabos submarinos de fibra ótica do mundo (*The Wall Street Journal*, 2024). A China entrou nesse setor em 2008 e tornou-se rapidamente num ator ativo. Desde 2010, a China já investiu ou construiu mais de 65 cabos submarinos (Ting-Fang et al., 2024).

Sendo um dos poucos países com uma cadeia completa de indústria de cabos submarinos, a China estimula as empresas a participarem em vários projetos de cabos submarinos, destacando-se o caso da empresa *HMN Technologies*. Os projetos concluídos e em curso desta empresa abrangem a maioria dos continentes do mundo, bem como vários países da BRI (HMNTECH, 2022). Porém, nos últimos cinco anos, os EUA interferiram em pelo menos 6 projetos de cabos de fibra ótica da *HMN Technology* na região Ásia-Pacífico (Brock, 2023), adicionando esta empresa e outras empresas chinesas relacionadas à “Lista de Entidades” com restrições de exportação (*Bureau of Industry and Security*, 2019; 2021).

Vale notar também a questão de manutenção dos cabos marítimos. Atualmente, existem apenas 50 navios de manutenção no mundo, enquanto a indústria de construção naval chinesa em geral está a expandir-se mais rapidamente do que em qualquer outra parte do mundo (Volz et al., 2024). Assim, o facto de empresas chinesas, como *Huawei*, estarem a construir novos navios

para a construção e manutenção de cabos submarinos intensifica a competição estratégica sino-americana.

Por outro lado, a estratégia *Made in China 2025* chamou a atenção para a necessidade de uma participação mais ativa no estabelecimento de padrões globais por parte de empresas e formuladores de políticas chineses. Segundo Malkin (2020), podem estabelecer-se padrões globais de duas formas. Uma delas é a participação, por parte de empresas chinesas, em instituições profissionais do setor, como é o caso do Instituto de Engenheiros Elétricos e Eletrónicos. A ANPIC³⁾ tem trabalhado em estreita colaboração com outras instituições de PI, facto que reforçou a posição dominante da China no sistema de administração global de patentes (Yu, 2019)⁴⁾.

Uma outra forma de estabelecer padrões chineses é através do envio de cientistas ou representantes de entidades a instituições globalmente reconhecidas. A China mantém um memorando de entendimento entre a BRI e a União Internacional de Telecomunicações (UIT), tendo enviado uma delegação à UIT e fazendo novas propostas de padrões para áreas como a rede 5G, a segurança cibernética e a inteligência artificial (Cordell, 2020). Neste sentido, a China já está a caminhar para um controlo de normas tecnológicas vitais através da participação ativa em instituições tradicionalmente dominadas pelo Ocidente.

4.5 Desafios suplementares

Com base nas análises anteriores, os países costeiros, principalmente os do Sudeste Asiático, são notáveis em termos do desenvolvimento da BRI. Este facto sublinha a importância que a China atribui aos amplos interesses estratégicos pela via do mar e está em conformidade com a ênfase dada pelo Presidente Xi à China como uma potência terrestre e marítima. Xi revelou ainda uma tendência de expansão além das águas circundantes do país (Xi, 2013). A este respeito, os desafios potenciais residem na existência de rivalidades estratégicas com outras grandes potências da região, bem como as tensões constantes nas águas disputadas (*Office of the Secretary of Defense*, 2020).

Uma série de desafios internos e externos também podem enfraquecer os esforços da China para monopolizar o conhecimento ou controlar os canais da sua divulgação. Por exemplo, em 2021, a taxa de produção local de semicondutores foi de cerca de 20 %, e a taxa de autossuficiência da China em matéria

3. O nome antigo da ANPIC foi o Gabinete Estatal de Propriedade Intelectual da China (*State Intellectual Property Office of China*, em inglês). A instituição fica com o nome atual desde 2018.

4. Em 2019, a China ultrapassou os EUA ao ser o país com maior fonte de pedidos de patentes internacionais depositados na OMPI (OMPI, 2020).

de circuitos integrados foi de apenas 16,7 % (EY, 2023). Além disso, na maioria dos países da BRI, a economia digital⁵ não representa mais de 30 % do PIB (Academia Chinesa de Investigação em Informação e Comunicações, 2024).

Nos últimos anos, os EUA, a UE, o Reino Unido, o Japão, entre outros, têm lançado novas estratégias digitais, tratando os dados como um importante ativo estratégico e um fator competitivo (EY, 2023). A UE lançou a “Estratégia de Conectar a Europa e a Ásia”, com o intuito de contrariar o crescimento do poder estrutural da China na região ao nível do transporte, da energia e do conhecimento (Comissão Europeia, 2018).

As relações sino-americanas constituem ainda um dos maiores desafios para o futuro da BRI. Washington está a competir com Pequim com o seu forte poder estrutural. Os EUA estabeleceram um novo escritório para coordenar a competição estratégica com a China (Clerk, 2023). Além disso, os EUA também ampliaram as restrições à venda de semicondutores avançados para a China (*Bureau of Industry and Security*, 2022). É possível projetar um aumento da competição estratégica dos EUA com a China nas áreas das infraestruturas digitais e energias renováveis (*The White House*, 2022a). Por exemplo, Biden anunciou o estabelecimento do Quadro Económico Indo-Pacífico para a Prosperidade para promover o desenvolvimento económico da região através da inovação tecnológica, com objetivo de confirmar que “os EUA são uma potência económica no Indo-Pacífico” (*The White House*, 2022b, para. 2).

5. Conclusões

Partindo da observação da China no panorama internacional e no uso cada vez mais frequente, por parte de países em competição estratégica, de instrumentos económicos, a presente investigação visou responder à pergunta de partida: como é que a BRI, como estratégia geoeconómica, permite à China construir o seu poder estrutural do conhecimento? Esta investigação combinou os processos dedutivo e indutivo, articulando o método qualitativo. A contribuição da presente investigação residiu na criação de um quadro analítico entre a estratégia geoeconómica e o poder estrutural. Através desse modelo, pretendia-se alcançar o objetivo geral: analisar as estratégias geoeconómicas que a China adota na BRI para construir o seu poder estrutural do conhecimento.

5. A economia digital refere-se a “uma série de atividades económicas baseadas na utilização de conhecimentos e informações digitalizados como fatores-chave de produção, no aproveitamento de redes de informação modernas como uma importante plataforma e na utilização eficaz das tecnologias da informação e da comunicação como força motriz para a melhoria da eficiência e a otimização da estrutura económica” (G20, 2016, para. 3).

Concluiu-se que a principal forma de construir e aumentar o poder estrutural do conhecimento é investir na inovação tecnológica e, através deste instrumento geoeconómico, realizar o controlo dos mercados, recursos e regras, de forma a criar ou reforçar assimetrias nas relações económicas. No contexto da BRI, a China, por um lado, procura a inovação através da transferência de tecnologia enquanto realiza o controlo do mercado. Por outro lado, o país esforça-se para criar mais valor intangível na área da PI e concentra-se na criação de regras para controlar normas tecnológicas importantes. Além disso, a China estabelece as regras do jogo através da cooperação com outros países em matéria de regimes de bens intangíveis, de forma a construir e reforçar o poder estrutural chinês do conhecimento. Neste processo, o âmbito de escolhas nos domínios tecnológicos para os países da BRI torna-se cada vez mais condicionado pela China. Com a vantagem de capital chinês, evidenciou-se um aumento do poder estrutural do conhecimento da China. Em termos do espaço de influência, verificou-se que os instrumentos geoeconómicos se focam nos países vizinhos, principalmente do Sudeste Asiático, o que comprova as características da estratégia chinesa na construção do país como uma potência híbrida marítima e terrestre.

É importante notar que o reforço do poder estrutural do conhecimento da China não deve ser exagerado. Os condicionalismos tecnológicos internos da China, os desafios geopolíticos e a competição estratégica com a China em matéria de inovações tecnológicas por parte de outros países, liderados pelos EUA, constroem um desafio significativo aos esforços da China.

No que diz respeito aos limites desta investigação, admite-se que um trabalho produzido em língua portuguesa, não sendo o idioma nativo da autora, pode trazer algumas lacunas na exatidão da expressão de algumas ideias e na manutenção de uma linguagem do foro académico. Além disso, a dificuldade em aceder a informações oficiais chinesas sobre investimentos e financiamentos constituiu outro grande obstáculo para o presente estudo. Para investigações futuras, sugerem-se, com base no quadro analítico criado neste estudo, análises sobre determinadas políticas (por exemplo, *Made in China 2025*) ou empresas multinacionais como casos de estudo.

Data de receção: 29/11/2024

Data de aprovação: 13/01/2025

Referências Bibliográficas

- Academia Chinesa de Investigação em Informação e Comunicações. (2024, janeiro). 全球数字经济白皮书 (2023年) [Livro Branco sobre a economia digital global (2023)] (No. 202327). <http://www.caict.ac.cn/kxyj/qwfb/bps/202401/P020240326601000238100.pdf>
- Administração Nacional da Propriedade Intelectual da China. (2023, 15 de novembro). 中国与共建“一带一路”国家十周年专利统计报告 (2013-2022年) [Relatório de estatísticas de patentes entre a China e os países da BRI (2013-2022)]. https://www.cnipa.gov.cn/module/download/down.jsp?i_ID=188016&colID=88
- Babbie, E. R. (2020). *The practice of social research*. Cengage. (obra original publicada em 1975)
- Bachrach, P., & Baratz, M. S. (1962). Two faces of power. *The American Political Science Review*, 56(4), 947-952. <https://doi.org/10.2307/1952796>
- Baldwin, D. A. (2013). Power and international relations. Em W. Carlsnaes, T. Risse & B. A. Simmons (Eds.), *Handbook of International Relations* (2nd ed., pp. 273-297). Sage Publications.
- Banco Mundial. (2021). *Gross domestic savings (current US\$) - China, United States*. <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDS.TOTL.CD?end=2019&locations=CN-US&start=2000>
- Baracuh, B. (2019). Geo-economics as a dimension of grand strategy: Notes on the concept and its evolution. Em M. Wigell, S. Scholvin & M. Aaltola (Eds.), *Geo-economics and power politics in the 21st century: The revival of economic statecraft* (pp. 14-27). Routledge.
- Barnett, M. & Duvall, R. (2005). Power in international politics. *International Organization*, 59(1), 39-75. <https://doi.org/10.1017/S0020818305050010>
- Beeson, M. (2018). Geoeconomics with Chinese characteristics: The BRI and China's evolving grand strategy. *Economic and Political Studies*, 6(3), 240-256. <https://doi.org/10.1080/20954816.2018.1498988>
- Belt and Road Portal. (2018, 11 de janeiro). 《标准联通共建“一带一路”行动计划 (2018-2020年)》 [Plano de ação sobre a unificação de padrões na realização da BRI]. <https://www.yidaiyilu.gov.cn/zchj/qwfb/43480.htm>
- Belt and Road Portal. (2024a). 国别专区 [Países da Belt and Road Initiative]. <https://www.yidaiyilu.gov.cn/country>
- Belt and Road Portal. (2024b). 海外园区 [Zonas e parques no estrangeiro]. <https://www.yidaiyilu.gov.cn/list/c/11418>
- Blackwill, R. D., & Harris, J. M. (2016). *War by other means: Geoeconomics and statecraft*. Harvard University Press.
- Brock, J. (2023, 24 de março). *U.S. and China wage war beneath the waves – over internet cables*. Reuters. <https://www.reuters.com/investigates/special-report/us-china-tech-cables/>
- Bureau of Industry and Security. (2019, 21 de março). *Addition of Entities to the Entity List* (15 C.F.R. § 744). U.S. Department of Commerce. <https://www.bis.doc.gov/index.php/documents/regulations-docs/2394-huawei-and-affiliates-entity-list-rule/file>

- Bureau of Industry and Security. (2021, 17 de dezembro). *Addition of Certain Entities to the Entity List and Revision of an Entry on the Entity List* (15 C.F.R. § 744). U.S. Department of Commerce. <https://www.federalregister.gov/documents/2021/12/17/2021-27406/addition-of-certain-entities-to-the-entity-list-and-revision-of-an-entry-on-the-entity-list>
- Bureau of Industry and Security. (2022, 7 de outubro). *Commerce implements new export controls on advanced computing and semiconductor manufacturing items to the People's Republic of China (PRC)*. U.S. Department of Commerce. <https://www.bis.doc.gov/index.php/documents/about-bis/newsroom/press-releases/3158-2022-10-07-bis-press-release-advanced-computing-and-semiconductor-manufacturing-controls-final/file>
- Cai, K. G. (2018). The One Belt One Road and the Asian Infrastructure Investment Bank: Beijing's new strategy of geoeconomics and geopolitics. *Journal of Contemporary China*, 27(114), 831-847. <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10670564.2018.1488101>
- Cao, E., & Woo, R. (2022, 2 de novembro). *China will support Pakistan in stabilising its financial situation – Xi*. Reuters. <https://www.reuters.com/world/asia-pacific/chinas-xi-says-will-support-pakistan-stabilising-its-financial-situation-2022-11-02/>
- Carroll, B. A. (1972). Peace research: The cult of power. *Journal of Conflict Resolution*, 16(4), 585-616. <https://doi.org/10.1177/002200277201600409>
- Chadderton, C., & Torrance, H. (2011). Case study. Em B. Somekh, & C. Lewin (Eds.), *Theory and methods in social research* (2nd ed., pp. 53-60). SAGE Publications.
- Chen, S. F. (2020). China's Belt and Road Initiative: Old wine in a new bottle. https://as.nyu.edu/content/dam/nyu-as/usChina/documents/Sponsored-Research-Papers/Chen%20Shaofeng_China%27s%20Belt%20and%20Road%20Initiative_Old%20Wine%20in%20a%20New%20Bottle.pdf
- Ciorciari, J. D. (2014). China's structural power deficit and influence gap in the monetary policy arena. *Asian Survey*, 54(5), 869-893. <https://doi.org/10.1525/as.2014.54.5.869>
- Cline, R. S. (1994). *The power of nations in the 1990s: A strategic assessment*. University Press of America.
- Chinese Academy of International Trade and Economic Cooperation. (2020). 中国“一带一路”贸易投资发展报告2020 [Relatório do desenvolvimento de comércio e investimento da BRI 2020]. https://www.caitec.org.cn/n5/sy_gzdt_xshd/json/5532.html
- Clerk. (2023, 10 de janeiro). *Roll call 26. Bill number: H. Res. 11*. United States House of Representatives. <https://clerk.house.gov/Votes/202326>
- Cohen, B. J. (2015). *Currency power: Understanding monetary rivalry*. Princeton University Press.
- Comissão Europeia. (2018). *Joint communication to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee, the Committee of The Regions and the Regions and the European Investment Bank: Connecting Europe and Asia – Building blocks for an EU Strategy* (Relatório No. JOIN (2018) 31 final). https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/joint_communication_-_connect

- ing_europe_and_asia_-_building_blocks_for_an_eu_strategy_2018-09-19.pdf
- Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma. (2016, 17 de março). 中国银行业服务“一带一路”研讨会在京召开 [Seminário sobre serviço do setor bancário da China à BRI foi realizado em Pequim]. https://www.ndrc.gov.cn/fzggw/jgsj/kfs/sjdt/201603/t20160317_1085996_ext.html
- Conselho de Estado. (2015, 8 de maio). 国务院关于印发《中国制造2025》的通知 [Aviso do Conselho de Estado sobre impressão e distribuição do "Fabricado na China 2025"]. http://www.gov.cn/zhengce/content/2015-05/19/content_9784.htm
- Cordell, K. (2020). *The International Telecommunication Union: The most important UN agency you have never heard of*. Center of Strategic & International Studies. <https://www.csis.org/analysis/international-telecommunication-union-most-important-un-agency-you-have-never-heard>
- Csurgai, G. (2018). The increasing importance of geoeconomics in power rivalries in the twenty-first century. *Geopolitics*, 23(1), 38-46. <https://doi.org/10.1080/14650045.2017.1359547>
- Dahl, R. A. (1957). The concept of power. *Behavioral Science*, 2(3), 201-215. <https://doi.org/10.1002/bs.3830020303>
- De Jong, S., Oosterveld, W. T., Roelen, M., Klacansky, K., Silekaite, A., & Siebenga, R. (2017). *A road to riches or a road to ruin? The geo-economic implications of China's new silk road*. The Hague Centre for Strategic Studies (HCSS). https://hcss.nl/wp-content/uploads/2017/08/Geoeconomics_Behind_OBOR_FINAL-3.pdf
- Dragnat, C. (2016). China's shifting geo-economic strategy. *Survival (London)*, 58(3), 63-76. <https://doi.org/10.1080/00396338.2016.1186980>
- Duarte, P. (2017). *A Faixa e Rota Chinesa: A Convergência entre terra e mar*. Instituto Internacional de Macau.
- EY. (2020). *Navigator 4th issue: How can overseas industrial parks open a new chapter of the Belt and Road*. Ernst & Young. https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKewjAtbqEwY-jzAhXWYySbHartA8wQFnOECAsQAQ&url=https%3A%2F%2Fassets.ey.com%2Fcontent%2Fdam%2Fey-sites%2Fey-com%2Fen_cn%2Ftopics%2Fcoin%2Fey-how-can-overseas-industrial-parks-open-a-new-chapter-of-the-belt-and-road.pdf%3Fdownload&usg=AOvVaw1s5-lmJWtpqcZ63g8lcLoN
- EY. (2021, 1 de abril). *How international cooperation can be achieved along the Belt and Road*. https://www.ey.com/en_cn/insights/china-opportunities/how-international-cooperation-be-achieved-along-belt-and-road
- EY. (2023, 10 de outubro). 共建数字丝绸之路进展、形势与展望 [Progressos e perspetivas para a construção conjunta da Rota da Seda Digital]. https://www.ey.com/en_cn/insights/china-overseas-investment-network/empowering-high-quality-development-of-the-belt-and-road
- Frieden, J. A., & Lake, D. A. (2014). *International political economy: Perspectives on global power and wealth*. Routledge.
- G20. (2016). *G20 digital economy development and cooperation initiative*. <http://www.g20chn.org/English/Documents/Current/201609/P020160908736971932404.pdf>

- Gilpin, R. (2001). *Global political economy: Understanding the international economic order*. Princeton University Press.
- Global Times. (2014, 10 de novembro). Xi's "new normal" theory. <https://www.globaltimes.cn/content/890962.shtml>
- Gruber, L. (2000). *Ruling the world: Power politics and the rise of supranational institutions*. Princeton University Press.
- Guzzini, S. (1993). Structural power: the limits of neorealist power analysis. *International Organization*, 47(3), 443-478. <https://doi.org/10.1017/S0020818300028022>
- Hart, B. H. L. (1967). *Strategy: The indirect approach*. Faber and Faber.
- Herrera, G. (2006). *Technology and international transformation: The railroad, the atom bomb, and the politics of technological change*. State University of New York Press.
- HMNTECH (2022). *Experience*. <https://www.hmntechnologies.com/enExperience>
- Huang, Q. X. (2013). 大国权力转移与技术变迁 [Transição de poder nas grandes potências e mudança tecnológica]. Shanghai Jiao Tong University Press.
- Huang, Q. X. (2018). 世界技术变迁的国际政治经济学——大国权力竞争如何引发了技术革命[A economia política internacional nas mudanças tecnológicas mundiais: como a competição entre grandes potências desencadeia a revolução tecnológica]. *World Politics Studies*, 1, 88-111.
- Johnston, L. A. (2019). The Belt and Road Initiative: What is in it for China? *Asia & The Pacific Policy Studies*, 6(1), 40-58. <https://doi.org/10.1002/app5.265>
- Kaczmarek, M. (2017). Two ways of influence-building: The Eurasian Economic Union and the One Belt, One Road Initiative. *Europe-Asia Studies*, 69(7), 1027-1046. <https://doi.org/10.1080/09668136.2017.1373270>
- Kennedy, A. B., & Lim, D. J. (2018). The innovation imperative: Technology and US-China rivalry in the twenty-first century. *International Affairs (London)*, 94(3), 553-572. <https://doi.org/10.1093/ia/iyy044>
- Keohane, R. O., & Nye, J. S. (2012). *Power and interdependence: World politics in transition* (4th ed). Longman. (Obra original publicada em 1977)
- Klemensits, P. (2018). Geopolitical consequences of the 21st century. New maritime silk road for Southeast Asian countries. *Contemporary Chinese Political Economy and Strategic Relations*, 4(1), 107-138. <https://www.proquest.com/scholarly-journals/geopolitical-consequences-21st-century-new/docview/2059605532/se-2>
- Knorr, K. (1973). *Power and wealth: The political economic of international power*. Basic Books.
- Leonard, M. (2016). Introduction: Connectivity wars. Em M. Leonard (Ed.), *Connectivity wars: Why migration, finance and trade are the geo-economic battlegrounds of the future* (pp. 13-27). European Council on Foreign Relations. https://ecfr.eu/wp-content/uploads/Connectivity_Wars.pdf
- Luttwak, E. N. (1990). From geopolitics to geo-economics: Logic of conflict, grammar of commerce. *The national interest*, (20), 17-23. <http://www.jstor.org/stable/42894676>

- Ly, B. (2020). The nexus of BRI and internationalization of renminbi (RMB). *Cogent Business & Management*, 7(1), 1-21.
<http://dx.doi.org/10.1080/23311975.2020.1808399>
- Malkin, A. (2020). The made in China challenge to US structural power: Industrial policy, intellectual property and multinational corporations. *Review of International Political Economy*, 29(2), 538-570.
<https://doi.org/10.1080/09692290.2020.1824930>
- Manuel, R. (2019). Twists in the Belt and Road. *China Leadership Monitor*, 61, 1-17. https://www.prclleader.org/_files/ugd/10535f_60ed8e44eba14dff628131596fdd408.pdf
- Mattlin, M., & Wigell, M. (2016). Geoeconomics in the context of restive regional powers. *Asia Europe Journal*, 14(2), 125-134.
<https://doi-org.libezproxy.must.edu.mo/10.1007/s10308-015-0443-9>
- Ministério da Defesa da China. (2022, 4 de novembro). *China Beidou na nova era*. <http://www.mod.gov.cn/gfbw/fgwx/bps/16206319.html>
- Ministério do Comércio da China. (2024). 通过确认考核的境外经贸合作区名录 [Lista de parques confirmados de cooperação económica e comercial externa]. <http://fec.mofcom.gov.cn/article/jwjmhqzq/article01.shtml>
- Morgenthau, H. J. (1964). *Politics among Nations: The Struggle for Power and Peace* (3rd ed). Alfred A. Knopf (obra original publicada em 1948)
- Nie, W. J. (2016). Xi Jinping's foreign policy dilemma: One Belt One Road or the south China sea?. *Contemporary Southeast Asia*, 38(3), 422-444.
<https://doi.org/10.1355/cs38-3c>
- Nordin, A. H. M., & Weissmann, M. (2018). Will Trump make China great again? The Belt and Road Initiative and international order. *International Affairs*. <https://doi.org/10.1093/ia/iix242>
- Nye, J. S. (1990). Soft power. *Foreign Policy*, 80, 153-171. <https://doi.org/10.2307/1148580>
- Office of the Secretary of Defense. (2020). *Annual report to congress: Military and security developments involving the People's Republic of China*. U.S. Department of Defense. <https://media.defense.gov/2020/Sep/01/2002488689/-1/-1/1/2020-DOD-CHINA-MILITARY-POWER-REPORT-FINAL.PDF>
- Organização Mundial da Propriedade Intelectual. (2016, 27 de julho). *High level "Belt and Road" conference urges closer IP collaboration for economic growth*. https://www.wipo.int/about-wipo/en/offices/china/news/2016/news_0008.html
- Organização Mundial da Propriedade Intelectual. (2020, 7 de abril). *China becomes top filer of international patents in 2019 amid robust growth for WIPO's IP services, treaties and finances*. https://www.wipo.int/pressroom/en/articles/2020/article_0005.html
- Organização Mundial da Propriedade Intelectual. (2024). *Global innovation index 2024: Unlocking the promise of social entrepreneurship* (17th ed.). WIPO. <https://doi.org/10.34667/tind.50062>
- Passi, R. (2019). Unpacking economic motivations and non-economic consequences of connectivity infrastructure under OBOR. Em L. Xing (Ed.), *Mapping China's 'One Belt One Road' Initiative* (pp. 167-198). Palgrave Macmillan Cham. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-92201-0>

- Pavličević, D. (2019). Structural power and the China-EU-Western Balkans triangular relations. *Asia Europe Journal*, 17, 453-468.
<https://doi.org/10.1007/s10308-019-00566-y>
- People's Daily Online. (2014, 30 de novembro). *Xi eyes more enabling int'l environment for China's peaceful development* (2).
<http://en.people.cn/n/2014/1130/c90883-8815967-2.html>
- People's Daily Online. (2015, 30 de março). *Full text: Vision and actions on jointly building Belt and Road*.
<http://en.people.cn/n/2015/0329/c90883-8870719.html>
- Pilling, D. (2021, 1 de junho). Two Ethiopian projects show 'railpolitik' in action. *Financial Times*. <http://www.ftchinese.com/story/001092700/en?archive>
- Reich, S., & Lebow, R. N. (2014). *Good-bye hegemony! Power and influence in the global system*. Princeton University Press.
- Romer, P. M. (1990). Endogenous technological change. *Journal of political Economy*, 98(5, Part 2), S71-S102. <https://doi.org/10.1086/261725>
- Rose, G. (1998). Neoclassical realism and theories of foreign policy. *World Politics*, 10(51), 144-172. <https://www.jstor.org/stable/25054068>
- Scholvin, S., & Wigell, M. (2018). *Geo-economics as concept and practice in international relations* (FIIA Working Paper No. 102). Finish Institute of International Affairs. https://www.researchgate.net/profile/Mikael-Wigell/publication/324602603_Geo-economics_as_a_concept_and_practice_in_international_relations_surveying_the_state_of_the_art/links/5ad87a5f458515c60f58bb94/Geo-economics-as-a-concept-and-practice-in-international-relations-surveying-the-state-of-the-art.pdf
- Sewall, S., Vandenberg, T., & Malden, K. (2023). *China's BeiDou: New dimensions of great power competition*. Belfer Center for Science and International Affairs, Harvard Kennedy School. https://www.belfercenter.org/sites/default/files/pantheon_files/files/publication/Chinas-BeiDou_V10.pdf
- Sørensen, C. T. N. (2015). The significance of Xi Jinping's "Chinese Dream" for Chinese foreign policy: From "Tao Guang Yang Hui" to "Fen Fa You Wei". *Journal of China and International Relations*, 3(1), 53-73.
<https://doi.org/10.5278/ojs.jcir.v3i1.1146>
- Strange, S. (2015). *States and markets*. Bloomsbury Publishing (Obra original publicada em 1988)
- Sum, N. L. (2019). The intertwined geopolitics and geoeconomics of hopes/fears: China's triple economic bubbles and the "One Belt One Road" imaginary. *Territory, Politics, Governance*, 7(4), 528-552.
<https://doi.org/10.1080/21622671.2018.1523746>
- The Wall Street Journal. (2024, 1 de agosto). *U.S. vs. China: An underwater fight for fiber-optic power*. <https://www.wsj.com/video/series/us-vs-china/us-vs-china-an-underwater-fight-for-fiber-optic-power/77CD353F-1DB8-444E-806D-A650EAC0072A>
- The White House. (2022a, 15 de novembro). *FACT SHEET: Presidents Biden, Widodo, von der Leyen, and G20 Announce G20 Partnership for Global Infrastructure and Investment Projects*. <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/state->

- ments-releases/2022/11/15/fact-sheet-presidents-biden-widodo-von-der-leyen-and-g20-announce-g20-partnership-for-global-infrastructure-and-investment-projects/
- The White House. (2022b, 23 de maio). *FACT SHEET: In Asia, President Biden and a dozen Indo-Pacific partners launch the Indo-Pacific Economic Framework for Prosperity*. <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2022/05/23/fact-sheet-in-asia-president-biden-and-a-dozen-indo-pacific-partners-launch-the-indo-pacific-economic-framework-for-prosperity/>
- Ting-Fang, C., Li, L., Suruga T., & Tabeta, S. (2024, 26 de junho). *China's undersea cable drive defies U.S. sanctions*. NIKKEI Asia. <https://asia.nikkei.com/Spotlight/The-Big-Story/China-s-undersea-cable-drive-defies-U.S.-sanctions>
- U.S. Department of the Treasury. (2021). *Securities (B): Portfolio holdings of U.S. and foreign securities*. <https://home.treasury.gov/data/treasury-international-capital-tic-system-home-page/tic-forms-instructions/securities-b-portfolio-holdings-of-us-and-foreign-securities>
- Volz, D., FitzGerald, D., Champelli, P., & Brown, E. (2024, 19 de maio). *U.S. fears undersea cables are vulnerable to espionage from Chinese repair ships*. The Wall Street Journal. <https://www.wsj.com/politics/national-security/china-internet-cables-repair-ships-93fd6320>
- Wigell, M., & Vihma, A. (2016). Geopolitics versus geoeconomics: the case of Russia's geostrategy and its effects on the EU. *International Affairs*, 92(3), 605-627. <https://doi.org/10.1111/1468-2346.12600>
- Xi, J. P. (2013, 1 de agosto). 习近平:进一步关心海洋认识海洋经略海洋·推动海洋强国建设不断取得新成就 [Xi Jinping: Prestar mais atenção ao oceano, entender o oceano, gerir o oceano, de modo a alcançar continuamente novas conquistas na construção de uma potência marítima]. People's Daily Online. <http://cpc.people.com.cn/n/2013/0801/c64094-22402107.html>
- Xi, J. P. (2017, 14 de maio). 习近平在“一带一路”国际合作高峰论坛开幕式上的演讲 [Discurso de Xi Jinping na cerimônia de abertura do Fórum da Cooperação Internacional da BRI]. Belt and Road Forum for International Cooperation. <http://2017.beltandroadforum.org/n100/2017/0514/c24-407.html>
- Xinhua. (2013, 25 de outubro). 习近平在周边外交工作座谈会上发表重要讲话 [Discurso de Xi Jinping na conferência de diplomacia periférica da China]. http://www.xinhuanet.com/politics/2013-10/25/c_117878897.htm
- Xinhua. (2020, 23 de junho). 中国北斗服务全球——写在我国完成北斗全球卫星导航系统星座部署之际 [O Beidou da China ao serviço do mundo: Por ocasião da conclusão pela China da implantação da constelação do sistema global de navegação por satélite Beidou]. http://www.xinhuanet.com/politics/2020-06/23/c_1126150066.htm
- Yu, H. (2017). Motivation behind China's 'One Belt, One Road' initiatives and establishment of the Asian infrastructure investment bank. *Journal of Contemporary China*, 26(105), 353-368. <https://doi.org/10.1080/10670564.2016.1245894>
- Yu, P. K. (2019). Building intellectual property infrastructure along China's Belt and Road. *University of Pennsylvania Asian Law Review*, 14(3), 275-325. <https://scholarship.law.upenn.edu/alr/vol14/iss3/1/>

Zhao, K. J. (2013). “中国梦”开辟中国新外交 [A nova política externa Chinesa sob o sonho chinês]. *Contemporary World and Socialism*, 6, 133-138.

Sobre a autora

LYU WENWEN é Professora Leitora do University International College of Macau University of Science and Technology. Concluiu o Doutorado em Relações Internacionais pela Universidade de Lisboa. Atua nas áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais, nos domínios da Língua e Cultura dos Países Lusófonos, bem como a Economia Política Internacional e a Geoeconomia, com ênfase nos estudos sobre a China.

[ORCID ID: <https://orcid.org/0009-0005-0573-6118>]

About the author

LYU WENWEN is a Lecturer at the University International College of Macau University of Science and Technology. She holds a PhD in International Relations from the University of Lisbon. Her main research interests lie in the areas of Humanities and Social Sciences, covering the Language and Culture of Lusophone Countries, as well as International Political Economy and Geoeconomics, with a focus on China.

[ORCID ID: <https://orcid.org/0009-0005-0573-6118>]